## ----------ACTA Nº. 6----------

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2010**: Aos trinta dias do mês Setembro do ano dois mil e dez, reuniu pelas vinte e uma horas, em sessão ordinária, no Auditório da Escola Profissional Vasconcelos Lebre, na Mealhada, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Presidente da Mesa, o Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, pelo 1º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro e pelo 2º Secretário, a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos, com a seguinte Ordem de Trabalhos: --------

1) Informação do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do nº. 1 do art.º 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; ----------

2) Regimento da Assembleia Municipal de Mealhada; ----------

3) Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Viadores – Declaração de Rectificação; ----------

4) Reconhecimento do Interesse Público Municipal – Instalação da Infra-estrutura de suporte Estação de Radiocomunicações (MLD11631 – Parque Industrial do Canedo) no prédio localizado em Cristóvão, Freguesia de Vacariça, em nome de Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais, S.A.; -----

5) Parecer do Auditor Externo; ----------

6) Reorganização dos Serviços Municipais; ----------

7) Imposto Municipal sobre Imóveis para 2011; ----------

8) Participação Variável de IRS para 2011; ----------

9) Derrama para 2011; ----------

10) Emissão do parecer previsto no art.º 23º, n.º 2 da LOE/2010 (Lei n.º 3-A/2010, de 28 de Abril); ----------

O Senhor presidente da Mesa solicitou ao 1º Secretário, que procedesse à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se que faltou com justificação os Senhores António Mano Soares, Fernando Manuel Silva Melo e o representante da Junta de Freguesia do Luso, Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo. ----------

**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** ----------

O Senhor Presidente da Mesa deu por iniciada a sessão. ----------

- Solicitou a palavra a Senhora Joana Luís, na qualidade de representante da Assembleia Municipal na Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, para dar a conhecer que aquele órgão já reuniu por três vezes, bem como o grupo de trabalho criado por todos os representantes desta Assembleia, naquela Comissão. Expôs que o resultado das reuniões efectuadas, até à presente data, reflectiu-se na promoção de uma reunião de reflexão, para dar conta do trabalho efectuado por esta Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e para a qual pediu a contribuição de todos os membros desta Assembleia, estando presentes nesta iniciativa mediante confirmação prévia da sua presença. ----------

- Solicitou o uso da palavra o Senhor António Neves para colocar as seguintes questões ao Senhor Presidente da Câmara, a qual leu e a seguir se transcreve: *"A CDU sabe que a Câmara Municipal e o seu Presidente não dispõem nem de competências nem de poder na área da organização dos serviços de saúde no concelho. Mas reconhece à Câmara, pela importância que tem junto das populações do concelho, um papel relevante na defesa dos serviços de saúde,*

*que ficou por assumir no anterior mandato de alguns dos actuais elementos do executivo camarário. Sem querer voltar por ora à questão, reportamo-nos, claro, ao encerramento do SAP da Mealhada.* ----------
*Há um outro assunto que aqui queremos trazer, por estar a afectar negativamente o acesso a cuidados de saúde por parte da população de Barcouço.* ----------
*A CDU dirige as seguintes questões à Câmara Municipal, através do seu Presidente:* ----------
*1. O posto médico de Barcouço tinha no seu quadro duas médicas, uma das quais deixou de fazer parte do mesmo, não se tendo verificado até ai momento a sua substituição. Tal situação origina largas filas de utentes, passando estes, várias horas para serem atendidos pela única médica do posto de saúde.* ------
*2. Desejamos saber se tinha conhecimento da situação e se, em caso afirmativo, que medidas tomou enquanto primeiro responsável autárquico do concelho para resolver a situação junto da ARSC. Caso, contrário, que medidas pensa tomar de forma a defender o Serviço Nacional de Saúde, uma das maiores conquistas do 25 de Abril, e cuja defesa é obrigação de todos os democratas?"* ----------
Continuou a sua intervenção, relativamente a um outro assunto, citando o texto que a seguir se transcreve: ----------
*" Depois de o ter feito na última reunião da Assembleia da Freguesia da Pampilhosa, a CDU expressa nesta reunião a sua grande preocupação pelas notícias veiculadas em Agosto relativamente ao ramal ferroviário Pampilhosa-Figueira, notícias que davam conta que, afinal, as obras de remodelação não vão avançar por força das medidas do PEC acordado entre o PS e o PSD. Se assim for, trata-se de mais um malefício com implicações directas no nosso concelho da sempre disfarçada mas recorrente convergência nacional entre os dois partidos.* ----------
*A linha foi encerrada, não há dois anos, com a promessa de obras de melhoramento e segurança. Houve quem já aí desconfiasse de que a intenção poderia ser outra: a de acabar de vez com a linha. Vozes indignadas do PS e do seu governo reagiram inflamadamente contra tais suspeitas.* ----------
*Pois bem: em Agosto ficámos a saber que os 18,3 milhões de euros previstos para voltar a pôr a linha em funcionamento estarão bloqueados pelo PEC do PS e do PSD.* ----------
*Sem mais considerações, que deixaremos para outras oportunidades, e pela importância de que se reveste esta matéria, a CDU dirigem à Câmara Municipal, através do seu Presidente, as próximas questões. Não seria compreensível que a autarquia estivesse alheada ou fosse mantida à margem dum processo como este. Quanto a isto, todos estaremos de acordo.* ----------
*1. O que sabe a Câmara em concreto sobre a suspensão das obras de remodelação, os seus prazos e que garantias conhece, vindas do Governo e, eventualmente, da REFER de que a remodelação é um projecto para avançar e avançar em breve?* ----------
*2. O que já fez a Câmara para que lhe fossem dadas estas informações e para ser mantida ao corrente do que se está a passar e a decidir acerca do ramal ferroviário?* ----------
*3. O que tem a Câmara previsto para influenciar em sentido oposto o que cada vez mais – na nossa opinião – se afigura como o propósito de encerrar em definitivo a linha, em particular o seu serviço de passageiros?* ----------

*A CDU informa desde já esta Assembleia que deu entrada de uma proposta que pretende ver votada sobre a organização de um debate público sobre a importância do ramal que é, afinal o primeiro troço da linha da Beira-Alta. São coisas que valem a pena discutir e sobre as quais vale a pena chamar a atenção."* ----------

Continuou ainda a sua intervenção, sobre a fusão do Agrupamento de Escolas e da Escola Secundária de Mealhada, lendo o documento que a seguir se transcreve: ----------

*"Sobre a fusão imposta no concelho da Mealhada dos seus agrupamentos de escolas e da escola secundária, a CDU e esta Assembleia tiveram uma posição clara. É um processo que continuará a ser acompanhado pela CDU e seria bom que merecesse também a atenção da Assembleia Municipal que exigiu, e bem, a sua atempada suspensão.* ----------

*Sobre isto, a CDU formula algumas perguntas, começando pelas que se dirigem ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal:* ----------

*1. Confirma o que, de acordo com a Moção aprovada na última reunião, enviou o documento para as entidades ali enumeradas, em particular para a Comissão Parlamentar de Educação e para o Ministério da Educação?* ----------

*2. O governo que, pelo Ministério da Educação, impôs a fusão em causa deu resposta, algum retorno à Moção da Assembleia Municipal da Mealhada ou, pelo silêncio, desprezou a posição tomada e, desta forma, desrespeitou este órgão e o concelho da Mealhada?* ----------

*Sobre a mesma matéria, entretanto, a CDU dirige-se também ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, pedindo-lhe que explique a esta Assembleia o sucedido: na última reunião tomamos nota do seu desconhecimento sobre a constituição de uma mega unidade de escolas ao concelho. Vincava o Senhor Presidente que se tratava apenas de uma* ***eventual*** *constituição. No entanto, confirmou-se depois que o Ministério já tinha decidido e que até já havia despacho sobre a matéria! Como pôde isto passar, desta forma, ao lado do Senhor Presidente, inviabilizando por exemplo uma tomada de posição e uma actuação cuidadas?* ----------

*Na resposta à interpelação da CDU nesta Assembleia, ouvimo-lo confirmar que a Câmara Municipal hão havia tomado qualquer posição sobre a fusão. Declarações posteriores de elementos do executivo, pese embora a sua superficialidade. Fazem crer que a Câmara passou a ter uma posição de concordância com a fusão. Gostaria a CDU de conhecer de forma explícita a posição da Câmara sobre isto e eventual fundamentação para um aplauso à medida do governo do PS, o que manifestamente seria insuficiente para matéria de tanta importância e riscos para as escolas da Mealhada.* ----------

*A CDU gostaria ainda de saber se da parte do Senhor Presidente da Câmara houve alguma diligência para ouvir, nesta matéria, o Conselho Municipal de Educação, as escolas do concelho e/ou outros intervenientes no processo."* ----

- O Senhor Presidente da Mesa, na parte que lhe toca, respondeu que não recebeu qualquer resposta à moção apresentada pela CDU, na última sessão da Assembleia Municipal, até à presente data. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à falta de um médico na Extensão de Saúde de Barcouço, respondeu que a Câmara, felizmente, não tem nada a ver com o pessoal de saúde, nomeadamente com os médicos. Pelo menos enquanto não acontecer com a Saúde o que tem acontecido com as Escolas. Afirmou que tinha conhecimento que haviam dois médicos na

Extensão de Saúde de Barcouço e que agora só existe um, mas tem dúvidas em relação às filas, uma vez que sempre lá existiram filas e infelizmente existem pessoas que têm dificuldade em subir as escadas e até são os médicos que vêm para rua fazer as consultas, sendo esta situação bem mais dramática do que as filas. Referiu também que a obra da Extensão de Saúde esteve parada durante uns dias. A Câmara perguntou qual era o motivo desta paragem e foi respondido que a obra ainda se encontrava dentro dos prazos. Portanto, ainda bem que esta matéria da saúde não é da competência da Câmara Municipal, embora tenha que intervir e estar atenta a estas questões. Reforçou que a Câmara Municipal tem de ter uma política de reivindicação junto das entidades de gestão da saúde e que tem de haver respeito entre elas, para que não se chegue ao ponto de se estar a ver se falta algum médico ou enfermeiro, pois são questões de gestão *quotidiana*. Expôs que foi contactado pelo Senhor Coordenador do ACES – Baixo Mondego III no sentido de dar a conhecer que os horários de funcionamento das consultas de fim-de-semana iriam ser alargados no concelho de Mealhada. Também iriam ser alargados à semana, pelo menos nos Centros de Saúde da Pampilhosa e Mealhada, que estarão abertos até às 20 horas. Relativamente às consultas de fim-de-semana e feriados, nomeadamente no Centro de Saúde de Mealhada, o horário vai passar a ser das 8 horas até às 20 horas, ou seja, 12 horas de consulta permanente. Relativamente à questão do ramal ferroviário Pampilhosa – Figueira da Foz, nomeadamente aos problemas referentes à renovação da via, a qual foi iniciada com a colocação de carris novos, provenientes da linha da Lousã, no troço entre a Pampilhosa e Cantanhede, com a prata da casa (trabalhadores da REFER), referiu que tem estado parada. Tem apenas conhecimento que a recuperação do túnel das Alhadas foi concluída. Referiu ainda que o serviço de transporte de passageiros encontra-se já assegurado e até com melhor qualidade, uma vez que os autocarros passam pelo centro das povoações, fazendo passar a ideia de que o comboio já não faz falta nenhuma. O problema deste ramal tem a ver essencialmente com o Porto da Figueira da Foz, porque se efectivamente é para ter importância real, esta linha tem de ser renovada, estando já a ser objecto de estudo pela CIM – Baixo Mondego, apesar da conjuntura socioeconómica do país. Referiu ainda que esta linha é, de facto fundamental para o transporte de mercadorias e que se não for renovada de forma a permitir velocidades na ordem dos 80 Km/hora, o Porto da Figueira da Foz, na sua opinião, já era. Referiu também que tentaram que a linha do Oeste servisse para as papeleiras, mas se o Porto da Figueira da Foz for para as papeleiras, qualquer dia pensarão num porto de mar na Leirosa, que lhes serviria muito melhor. Mencionou também que toda esta questão tem de ser pensada num contexto global. Tem também que haver alguma pressão, que eventualmente estará a ser feita pelos órgãos de gestão da CIM – Baixo Mondego, porque efectivamente esta linha é muito importante para o Porto da Figueira da Foz. Ressalvou que, depois do Porto se encontrar a funcionar devidamente, esta linha também é importante para o transporte de passageiros, embora não tão importante como para o transporte de mercadorias. Relativamente à questão do Mega Agrupamento de Escolas de Mealhada, referiu que a Câmara Municipal tomou conhecimento da criação do Mega Agrupamento, posteriormente á última sessão da Assembleia Municipal. Expôs que não ouviu grande reclamação por parte dos dirigentes educativos e entende que num contexto nacional, poderá haver quem não esteja de acordo

com esta medida. Mas é uma política do governo e, na sua opinião, não pode ser confundida com outro tipo de perspectiva. Já quando houve a constituição dos agrupamentos verticais e horizontais, queriam que a Câmara fosse contra, o que não foi. Se há uma gestão de racionalização de recursos e de centralizar, ao nível concelhio, a gestão da educação, pode haver quem seja contra, mas há também quem seja a favor. Referiu ainda que os dirigentes dos antigos agrupamentos aceitaram fazer parte do novo agrupamento com cargos directivos. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa deu a conhecer proposta entregue pela CDU, a qual leu e a seguir se transcreve: ----------

*PROPOSTA*

***ASSUNTO: Organização e promoção de um debate público sobre a importância do ramal ferroviário Pampilhosa – Figueira da Foz*** ----------

*Perante a situação verificada relativamente ao ramal ferroviário Pampilhosa – Figueira da Foz e tomado nota de múltiplas declarações sobre a importância desta infra-estrutura, quer para os concelhos que ela atravessa – com destaque para o nosso que tem como projecto reiterado a criação de uma plataforma rodo-ferroviário sedeada na vila da Pampilhosa – quer para a região e, sendo assim, para o país, a CDU propõe à Assembleia Municipal a organização e promoção de um debate público sobre esta questão.* ----------

*Para isso, a CDU propõe que seja criado no seio desta Assembleia, um grupo de trabalho, avançando como sugestões para intervenção o convite de representantes dos partidos com assento parlamentar, de um membro do governo com responsabilidade na área, de um representante da REFER, eventualmente de autarcas de concelhos com interesse directo na questão, bem como de especialista (s) da área dos transportes.* ----------

*Em função da data que venha a ser definida para o debate, a CDU disponibiliza-se a diligenciar no sentido de garantir a intervenção de um especialista em matéria de transportes.* ----------

*Pela natureza da questão a debater, e por motivos que julgamos óbvios, a CDU sugere também que a Assembleia Municipal procure condições de realização deste debate na Pampilhosa.* ----------

*A CDU propõe, por último, que esta realização seja expressivamente promovida, já que para além do debate de ideias que ela permitirá, entende que poderá ser um significativo contributo para a valorização pública da linha Pampilhosa - Figueira e para a defesa da sua manutenção e da melhoria do seu funcionamento.* ----------

*CDU Mealhada,* ----------

*30.09.2010* ----------

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra. --

- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para pedir um esclarecimento sobre os elementos que constituirão, a título de convite, o grupo de trabalho proposto pela CDU, tendo sido esclarecido pelo Senhor Presidente da Mesa. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta da CDU à votação e a mesma foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor e quatro abstenções. ----------

- Tomou a palavra o Senhor António Breda para colocar a seguinte questão ao Senhor Presidente da Câmara, a qual a seguir se transcreve: ----------

*"É visível para toda a gente, o péssimo estado em que se encontram as passadeiras para peões, principalmente as localizadas na cidade.* ----------

*De facto, preocupa-nos esta situação, tanto mais, que com a aproximação do tempo das chuvas, as passadeiras ficam quase imperceptíveis, colocando em risco quer peões, quer os automobilistas.* ----------
*Deste modo, pedimos ao Senhor Presidente que providencie a intervenção urgente nas mesmas, para que não venhamos a lamentar-nos de quaisquer acidentes que possam – esperemos que não -, eventualmente a acontecer."* ----
- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que tomou nota que as deliberações tomadas no período antes da Ordem do Dia, da última sessão da Assembleia Municipal, conforme obriga a legislação em vigor, foram publicadas nos jornais locais. Alertou que a informação prestada aos jornais seja mais cuidada, uma vez que o semanário Mealhada Moderna não teve o cuidado de referir se as deliberações foram aprovadas por maioria ou por unanimidade. Na sua opinião, esta informação cuidada deveria ser prestada pelos serviços da Assembleia Municipal para que a população seja mais bem informada. De seguida, questionou se existe algum custo inerente a estas publicações e, em caso afirmativo, qual o seu valor. Questionou também o porquê de as deliberações tomadas nessa mesma Assembleia, não terem sido todas publicadas, uma vez que foram publicadas as deliberações tomadas no período antes da Ordem do Dia e não as da Ordem do Dia. Mencionou que todas as deliberações tomadas na Assembleia Municipal são publicadas no site da Câmara Municipal, tendo até o Senhor Presidente da Câmara sido obrigado a publicar uma no Boletim Municipal, onde também deveriam constar todas as deliberações que não foram publicadas. Relativamente ao Conselho Municipal de Educação, segundo a legislação em vigor, referiu que este conselho reúne ordinariamente no início e no final de cada ano lectivo e, desde que foram eleitos, alguma reunião já deveria ter ocorrido para cumprir a legislação. Acontece que, não sabendo se a reunião ocorreu ou não, a Assembleia Municipal ainda não elegeu nenhum Presidente de Junta de Freguesia, como obriga tal legislação. Assim, caso a legislação ainda se encontre em vigor, solicitou á Mesa da Assembleia Municipal que diligencie para que se possa resolver esta não conformidade. Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, questionou a Mesa quais os nomes indicados pelo PS para o referido conselho, uma vez que o Partido Socialista, que propôs o modelo de representação (3 membros do PS, 2 membros do PSD e 1 membro da CDU), referiu que indicaria posteriormente os seus nomeados. Reforçou que gostaria de saber, por curiosidade e passados três meses, quais os três membros indicados pelo PS, para que este conselho consiga reunir e rectificar o regulamento aprovado na última Assembleia Municipal. Referiu também que ao entrar nesta sala deparou-se com vários trabalhos realizados pelos alunos da Escola Profissional Vasconcellos Lebre e houve um que lhe chamou particularmente a sua atenção, sendo um projecto de uma Pousada de Juventude. Tendo isto em conta, referiu que a juventude deste concelho, na sua opinião, tem visão estratégica e enalteceu que só fazem aquilo que acham interessante e vantajoso, tanto para eles como para a sua comunidade. De acordo com este assunto, esclareceu que quando se falava sobre Pousadas de Juventude, o Senhor Bruno Coimbra referiu que as últimas Pousadas de Juventude tinham sido feitas com 75% de comparticipação, o que é efectivamente verdade, pois tem dados concretos que o comprovam, cujo apoio era muito considerável. Referiu também que ainda não obteve qualquer resposta por escrito ao requerimento enviado no dia 3 de Fevereiro de 2010,

sobre quais as diligências tomadas pela Câmara Municipal para viabilizar a construção de uma Pousada de Juventude, no Concelho de Mealhada. O mesmo aconteceu com um requerimento enviado à mais um mês, o que só confirma o não cumprimento da lei pelo Executivo Camarário, mais concretamente pelo Senhor Presidente da Câmara, Carlos Cabral. Para além de demonstrar uma grande falta de consideração aos pedidos encaminhados pelo Senhor Presidente da Mesa e uma enorme falta de respeito, tanto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal como por este órgão deliberativo legitimamente eleito. Para dar conhecimento aos restantes membros do teor do segundo requerimento, referiu que no dia 20 de Agosto de 2010, foi solicitado o acesso ao obrigatório Plano de Emergência Municipal, caso exista, onde gostaria de conhecer este plano e os respectivos pareceres. Também foi solicitado o acesso aos Planos de Emergência dos estabelecimentos de ensino do nosso concelho, tendo salientado na altura, que os planos poderiam ser enviados em suporte digital e que não necessitavam de informação muito exaustiva. Até à data, nada foi enviado e pode-se depreender que nada existe, o que a ser verdade, é lamentável que o Executivo Camarário nem tenha tido o cuidado de assim informar. Assim, solicitou ao Senhor Presidente da Mesa que diligencie para que a legislação (responder no prazo de 15 dias) seja efectivamente cumprida. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa referiu, relativamente aos nomes que ficaram por indicar pelo Partido Socialista, para integrar o Conselho Municipal de Segurança, que foram indicados os Senhores Guilherme Duarte, Fernando Melo e Joana Luís, nomes esses que serão mencionados em acta. Relativamente às publicações nos dois jornais locais, referiu que apenas se recorda de mandar publicar o edital da Assembleia Municipal com a Ordem de Trabalhos, o que antigamente não era feito e na sua opinião é útil para a população, tirando o voto de pesar por óbito do Senhor António Simões e a moção apresentada pela CDU. Relativamente aos custos, referiu que não tem presente os custos das publicações e solicitou que as publicações em causa sejam indicadas por e-mail, para que o funcionário de apoio à Assembleia possa remeter os respectivos custos, desde o início do mandato. De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara, relativamente à questão das passadeiras para peões, referiu que não são só as passadeiras que estão em péssimo estado, mas sim toda a sinalização horizontal. Deu a conhecer que está a decorrer um concurso público para efectuar essas pinturas, uma vez que tem que se cumprir toda uma tramitação, a qual se encontra já na sua fase final. Relativamente às questões que são colocadas, confessou que tem alguma dificuldade em responder, uma vez que, por vezes, fazem-se perguntas que não são colocadas por escrito e outras que são colocadas por escrito. No caso da Pousada de Juventude, o caso foi abordado, não tendo presente se na última ou na penúltima sessão da Assembleia, e foi informado o que é que se passava relativamente a este assunto. Referiu ainda que a Câmara Municipal efectuou evidentemente algumas diligências sobre esta matéria, mas não se empenhou muito neste assunto, pois entende que esta não seja uma obra prioritária no Município, embora reconheça que poderia ser uma obra importante. Referiu também que se quiserem esta resposta por escrito, assim o fará. Sobre o requerimento enviado no dia 20 de Agosto de 2010, relativamente ao Plano Municipal de Segurança, referiu que esse plano efectivamente existe

desde 1999, o qual foi revisto em 2002, e está actualmente uma empresa a fazer uma revisão desse plano, tendo encarregado o Senhor Vereador José Calhoa de dar essa mesma resposta. Relativamente aos planos das escolas, o interveniente referiu que esses planos não têm que ir para a Câmara Municipal e no caso das IPSSs, elas têm que remeter esses planos para a Segurança Social e não para a Câmara Municipal. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que efectivamente recebeu a resposta ao requerimento pelo Senhor Vereador José Calhoa, mas que, em função das formalidades que têm que ser respeitadas, informou o Senhor Vereador que a resposta teria que ser remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, tal como previsto na lei. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra e, não querendo entrar em diálogo, comentou este assunto o fez lembrar um ilustre Sub-Director Regional, de uma área que se escusou revelar, que não quis falar com a Senhora Vice-Presidente porque só falava com Presidentes de Câmara e não com Vice-Presidentes. Acontece que quando este Senhor ligou ao Senhor Presidente da Câmara, que já sabia do sucedido, este respondeu que não falava com Sub-Directores Regionais, só com Directores Regionais, que foi a única resposta que merecia. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Bruno Coimbra para referir que tem dois pontos a tratar mas, perante aquilo que ouviu, não vai deixar de comentar aquilo que foi dito relativamente às respostas aos requerimentos. Lamentou que se tente desvirtuar esta questão e admite que o Senhor Presidente da Câmara esteja cansado do tema, tal como o próprio. Referiu que foi efectuado um requerimento por escrito, que é uma questão que está prevista na lei e é uma questão de respeito por este órgão. Assim, referiu que não se pode contornar as questões com falsas questões, mas sim falar daquilo que é concreto. Mencionou também que o Senhor Presidente da Câmara, na última sessão, disse que tinha respondido ao requerimento quando não o tinha feito, o que ficou bem explícito na última Assembleia Municipal e vai confirmar que este facto fique registado em acta, para que não se ande a fazer de conta que estamos aqui a brincar à política. Relativamente ao primeiro ponto, referiu que esta semana tivemos a visita do Senhor Presidente da República, com a qual o grupo do PSD se congratula, ainda para mais com o facto de essa visita ser demonstração de interesse pelas nossas gentes, pela nossa história e pelo nosso município, além de revelar também um grande sentido de Estado e interesse por todos. Relembrou, com muita pena, que esta Assembleia Municipal aprovou na última sessão um voto de repúdio pelo comportamento do Senhor Presidente da República. E não pode deixar de louvar a vinda dele e o facto de não dar valor a uma situação que, na sua opinião, foi um péssimo serviço para a imagem do município e que foi prestada por esta Assembleia na última sessão. Relativamente ao segundo ponto, questionou o Senhor Presidente da Câmara quando é que o Conselho Municipal de Juventude entrará em funções, mediante convocatória para o efeito, uma vez que está previsto no art.º 9º do Regulamento do referido conselho, e para a discussão do Orçamento de 2011, que é suposto este organismo consultivo dar pareceres que se relacionem com a juventude, questão esta que já foi colocada na última Assembleia mas que não obteve resposta. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara referiu que será convocada brevemente uma reunião do Conselho Municipal de Juventude e que, naturalmente, haverá uma

base para o Orçamento Municipal do próximo ano, que será obviamente sujeito a parecer. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da Ordem do Dia. Esclareceu que o ponto 10 - Emissão do parecer previsto no art.º 23º, n.º 2 da LOE/2010 (Lei n.º 3-A/2010, de 28 de Abril) - será retirado da Ordem do Dia, conforme ofício da Câmara Municipal de Mealhada, do qual foi distribuído uma fotocópia a todos os membros desta Assembleia. Esclareceu também que não foi possível trazer a acta a esta Assembleia, uma vez que o funcionário que presta apoio à Assembleia esteve em licença de paternidade e num período de férias. Assim, virá na próxima sessão da Assembleia Municipal. De seguida, solicitou à Assembleia Municipal que haja uma troca na Ordem de Trabalhos, por respeito ao Dr. Pedro Mota e Costa e ao Revisor de Contas, para não os obrigar a ficar até ao final. Assim, caso ninguém se oponha, solicitou que os pontos 5 (Parecer do Auditor Externo) e 6 (Reorganização dos Serviços Municipais) sejam desde já discutidos, respectivamente. Não havendo qualquer objecção, deu início à Ordem de Trabalhos desta sessão. ----------

**5 – PARECER DO AUDITOR EXTERNO:** - O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra e não havendo qualquer intervenção, felicitou o excelente trabalho do Senhor Revisor de Contas. --------

**6 – REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS:** - O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. –

- O Senhor Presidente da Câmara referiu que esta reestruturação dos Serviços Municipais foi aprovada por unanimidade na última reunião de Câmara e resulta de uma imposição legal, que poderá ser melhor clarificada pelo Dr. Pedro Mota e Costa. ----------

- O Senhor Pedro Mota e Costa referiu que esta reorganização dos Serviços Municipais efectivamente resultou de uma imposição legal, o que veio alterar o paradigma organizacional anterior. Expôs que existe um novo diploma que regula esta matéria e impõe que os serviços de todas as Autarquias estejam em conformidade com este novo regime até 31 de Dezembro de 2010. Havendo efectivamente uma quebra em relação ao paradigma anterior, designadamente no que concerne à competência dos órgãos, onde anteriormente a organização dos serviços era da competência da Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, mencionou que neste caso concreto existe um conjunto de alterações. Se até agora o único modelo organizacional admissível num Município era o da estrutura hierarquizada, a qual era utilizada por este Município e pelos restantes Municípios do País, agora é possível optar por um de três modelos distintos. Pode-se optar por uma estrutura hierarquizada, que é a estrutura tradicional e é internacionalmente mais usada em entidades com as características de um Município. Ou por uma estrutura matricial, que embora não tenha grande adesão à realidade, o legislador entendeu transferir o paradigma da Administração Central para a Administração Local. Existe ainda uma solução mista que incorpora um pouco das duas soluções anteriormente referidas. Referiu que em termos de tramitação, uma vez que o que está proposto pela Câmara Municipal é uma estrutura hierarquizada, cumpre à Câmara balizar essa moldura organizacional e submetê-la à Assembleia Municipal. Assim, com este novo regime jurídico, a Assembleia Municipal é competente para aprovar o tipo de estrutura, que neste caso é proposta uma estrutura hierarquizada. Não havendo Direcções

Municipais, uma vez que esta Câmara não reúne os requisitos mínimos, a Assembleia não pode aprovar a departamentalização fixa, restando assim aprovar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, sub-unidades orgânicas e também o número máximo de equipas de projecto. Neste momento, a Assembleia já não tem a competência que outrora tinha para aprovar a totalidade das unidades orgânicas que constituíam a organização dos serviços municipais, mas sim para deliberar e aprovar sobre a estrutura nuclear e as suas competências e o número máximo de unidades orgânicas flexíveis. Posteriormente, será da competência da Câmara, depois de a Assembleia aprovar este modelo macro, densificar essas unidades orgânicas flexíveis, em função do número máximo estabelecido. Reforçou então que a Assembleia Municipal baliza o modelo conceptual e a Câmara Municipal, em função do número máximo das unidades orgânicas flexíveis, vai densificar essas unidades orgânicas atribuindo-lhes competências e existe também uma competência própria do Senhor Presidente da Câmara para criar as sub-unidades orgânicas (antigas secções). Assim, referiu que o legislador quis incorporar uma flexibilidade que o paradigma anterior não permitia e colocou-se à disposição para responder a qualquer questão que os membros da Assembleia queiram apresentar. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que o Dr. Pedro Mota e Costa está disponível para responder apenas às questões técnicas sobre esta matéria, pedindo que as questões políticas sejam dirigidas ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para questionar se as unidades orgânicas flexíveis são equiparadas às antigas divisões municipais. ----------

- O Senhor Pedro Mota e Costa respondeu que não são divisões. Neste paradigma organizacional são previstos apenas dois tipos de serviços. Referiu que, se até agora chamava-se unidades orgânicas a tudo, com este novo regime jurídico são unidades orgânicas os serviços liderados por dirigentes, o que veio segregar as unidades orgânicas nucleares (departamentos municipais ou direcções municipais) e as unidades orgânicas flexíveis podem ser divisões, mas também podem ser cargos de direcção intermédia, de 3º grau ou inferior. Ou seja, estes são cargos de dirigentes tal como são os chefes de divisão, mas a sua estrutura remuneratória é manifestamente mais baixa e pode ser igual à de um técnico superior. A criação destes cargos vem resolver a questão de sempre do SIADAP, onde alguém que tenha responsabilidades funcionais de determinar alguém para ser avaliador do SIADAP, tem de ser dirigente ou tem de ser escolhido, designadamente sem a necessidade de haver concurso. Neste sentido, unidades orgânicas podem ser divisões ou podem ser outros serviços liderados por pessoas que reúnam o perfil deste novo cargo dirigente intermédio. Confirmou ainda que esta reestruturação se refere apenas a cargos dirigentes e que as sub-unidades orgânicas podem ser equiparadas às antigas secções, as quais têm que ser lideradas por coordenadores técnicos, que se equiparam aos antigos chefes de secção. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para desafiar o Senhor Pedro Mota e Costa a apresentar as razões que justificam os limites estabelecidos de 20, 7 e 2 respectivamente. Referiu também que, na sua opinião, esta lei foi muito mal feita e que, no exercício das suas funções, convidou a Senhora Directora-Geral que fez parte do grupo de trabalho que elaborou esta lei, a fazer uma sessão pública de esclarecimento em três locais do país. Acontece que ficou com a

impressão que a própria Directora-Geral não gostava da lei, apesar de ter feito parte desse grupo de trabalho. Referiu ainda que se esqueceram de mencionar na lei que existem Presidentes do Conselho de Administração, que gerem os serviços municipalizados, o que foi muito mal feito ou feito provavelmente para resolver pequenos grandes problemas. ----------

- O Senhor Pedro Mota e Costa referiu que esta lei revela na prática algumas inconsistências, a qual é uma matéria da competência da Assembleia da República e foi mandatada, por decreto-lei, ao Governo para legislar, tendo assim todo o processo legislativo tido efectivamente algumas inconsistências. No que concerne ao número máximo, o que se procurou fazer foi olhar para a moldura organizacional anterior. Olhar para a sua dimensão, para a visão que havia para o município e para o número de unidades orgânicas que já existiam (que eram 21) para assim se balizar o número máximo em 20. No que concerne às sub-unidades orgânicas também se olhou para o paradigma anterior, ou seja, a Câmara tem neste momento 6 secções, acrescida da Tesouraria, que está afecta à Divisão Administrativa e Financeira, e foi considerada também como uma sub-unidade orgânica, fazendo assim um total de 7 sub-unidades orgânicas. Reforçou então que este limite consubstancia o número máximo, para que dentro deste número se procure responsabilizar as funções de coordenação informal, porque existe de facto, um problema ao nível da avaliação de desempenho onde o coordenador de cada secção não pode avaliar formalmente. Daí manter o paradigma anterior em termos de número máximo, para permitir uma evolução semelhante à anterior, cabendo naturalmente à Câmara Municipal a densificação das competências. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Pedro Duarte para referir que ficou espantado com o facto de, na apresentação de um tema como este, não ter sido enviado o estudo técnico quando é feita alusão ao mesmo, na documentação enviada aos membros desta Assembleia. Referiu também que ficou ainda mais surpreso com o facto de não ter sido feita uma apresentação comparativa entre estrutura anterior e a estrutura proposta. E já que existe um estudo que não foi anexo à documentação, referiu que seria interessante que esse estudo fosse enviado a todos os membros da Assembleia Municipal, porque efectivamente este tema contém algumas palavras e conceitos esquisitos para quem não está familiarizado com este meio, para além de, na sua opinião, conter a justificação teórica para a proposta apresentada. Mencionou também que tem a sorte de ter alguns conhecimentos adicionais referentes a esta matéria e que estes conceitos já não são surpresa, mas à semelhança do que fez o Senhor Rui Marqueiro, põe-se na pele de quem não tem qualquer conhecimento nesta área. Assim, relativamente ao número máximo proposto, seria interessante que fosse dado a conhecer tudo aquilo que representa, para além de um mero número. Sobretudo quanto à possibilidade de criar até 20 cargos de direcção intermédia, de 2º Grau ou inferior, mas que têm uma expressão económica. Neste sentido e tendo em conta a estrutura que havia até agora e a estrutura que é proposta, questionou, caso tenha sido previsto o pior cenário, qual o acréscimo de encargos que este limite representa para o Município, bem como o limite estipulado de 7 elementos. Ficou ainda espantado com o facto de colocarem os membros desta Assembleia a decidir sobre um tema complexo, inconsistente e mal explicado por quem o decide. Referiu também que quando os membros da Assembleia solicitam informações sobre os recursos humanos do Município, não é por acaso. Assim, recordou que em tempos apresentou um

requerimento a solicitar o balanço social até 2008, o qual tem dados concretos sobre os elementos da Câmara, em termos de competências, habilitações, antiguidade, etc., o qual foi efectivamente entregue. Recordou também que na Assembleia de Abril, do presente ano, renovou o mesmo pedido relativamente ao ano de 2009, mas que até ao momento ainda não foi apresentado e o qual teria sido muito útil para a discussão deste tema. Ainda para mais, a empresa que efectuou este estudo, poderia ter apresentado esse balanço social para percebermos se o utilizou ou não, no sentido de perceber quais as alterações que se farão sentir na vida dos actuais funcionários da Câmara Municipal. Daí o seu voto de censura pelo não envio da informação por si solicitada, a qual prejudica o seu exercício de ponderação sobre aquilo que lhe é exigido, pela não apresentação de qualquer estudo e pela não apresentação de estudos comparativos entre o modelo anterior e o novo modelo que é proposto com este documento. ----------

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para referir que, na sua opinião, com a aplicação deste modelo se irão criar mais lugares e mais custos e encargos para o Município. Atendendo ao facto de que este documento já tinha sido entregue com alguma antecedência, expôs que no dia anterior saiu uma resolução do Conselho de Ministros onde, entre vários pontos para a redução da despesa em 2011, o Governo decidiu congelar as pensões, as progressões, as admissões e reduzir o número de contratos. Aponta também para uma diminuição de receita em 2011 para os Municípios em mais de 450 milhões de euros e questionou, com todas estas exigências que estão a ser colocadas ao povo Português, se seria já altura de "*termos juízo*" e perceber que o dinheiro de todos nós terá que orientado noutro sentido e não de, cada vez mais, criar e aumentar uma máquina que vai acabar por nos devorar a todos. Relativamente a este respeito, recordou que ouviu o Dr. Almeida Santos dizer que não seria estranho encarar a extinção de Municípios, de Freguesias e de Governos Civis. Neste sentido, aconselhou a Câmara a recolher este ponto da Ordem do Dia, uma vez que estamos a contrariar o que foi estipulado em Conselho de Ministros, pelo Governo, sendo esta uma atitude que não ficará bem, face ao que é pedido a todos os Portugueses.

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para referir que votará favoravelmente esta proposta, o que não implica que se converse um bocadinho sobre a mesma. Mencionou que existem muitas pessoas nesta Assembleia que têm dúvidas em relação a esta proposta e gostaria que o Senhor Pedro Mota e Costa as esclarecesse, uma vez que o próprio as saberia esclarecer mas não seria a mesma coisa. Neste sentido, questionou se a Câmara Municipal, caso esta proposta seja aprovada, poderá entregar a chefia de unidades orgânicas a 20 chefes de divisão, tendo sido respondido afirmativamente. Tendo isto em conta, revelou que esta é a preocupação do Senhor Carlos Pinheiro, mas no entanto referiu que conhece bem o Senhor Carlos Cabral. De seguida, alertou o Senhor Presidente da Câmara para o facto de haver gente a bater à porta da presidência quando os funcionários da Câmara souberem da possibilidade de se criar estes lugares. No entanto, reforçou que o Executivo Camarário já demonstrou saber lidar com as finanças municipais e que não devemos ter medo disso. Referiu também que a organização poderia ser obviamente outra, onde poderia haver departamentalização (unidades orgânicas nucleares), o qual já foi proposto e não foi aprovado devido a questões legais ligadas ao processo. Compreende também a tensão que se processaria entre os

funcionários da Câmara, se fossem criados um ou dois departamentos. Assim, reforçou que votará favoravelmente esta proposta, compreendendo o seu espírito, embora não a fizesse da mesma forma. No entanto, é o Executivo que tem de gerir a Câmara e encontrar as respostas adequadas às situações que irão decorrer da apreciação desta Assembleia. ----------

- Interveio o Senhor Pedro Mota e Costa para referir que é verdade que, ao balizar o número máximo de unidades orgânicas flexíveis e sendo estas unidades divisões e outros serviços liderados por dirigentes intermédios de 3º grau ou inferior, que em limite podem ser 20 divisões. Mas também é verdade que estes lugares podem ser todos preenchidos sem haver qualquer acréscimo de custos para o Município. Isto acontece, porque é o Executivo Municipal que tem competência para balizar a estrutura remuneratória dos cargos de liderança intermédia de 3º grau ou inferior, remuneração essa que pode não aumentar necessariamente os custos. ----------

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para questionar se o Senhor Pedro Mota e Costa conhecia algum Município onde esta reorganização e criação de lugares tenha implicado uma diminuição de custos, tendo sido respondido que sim. No entanto, não foi dado nenhum caso em concreto. ----------

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para comentar que as eleições mudam muita coisa. Neste sentido, referiu que em Abril de 2009 houve uma proposta de reorganização da estrutura orgânica do Município e foi o PS que ostensivamente votou contra a criação dos tais lugares que, provavelmente, vão agora bater à porta de alguém, daqui a pouco tempo. Referiu ainda que fica apenas este registo para que as pessoas se lembrem o que votaram nessa altura e o que vão agora votar. ----------

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para referir que a Câmara apresentou, de facto, uma reorganização dos serviços que compreendia a criação de dois lugares de directores de departamento e mais um chefe de divisão, para além dos que já existiam. Esclareceu que aquilo com que a Assembleia Municipal não concordou foi apenas de carácter legal, devido ao não cumprimento da lei 116/84 e não devido à criação dos lugares mencionados, que até *"os dava de barato"*. Reforçou que, neste momento, não está proposto a criação de quaisquer lugares em concreto, mas sim o limite máximo de unidades orgânicas, que a Câmara poderá, ou não, preencher, conforme explicado pelo Senhor Pedro Mota e Costa. Neste sentido, depende da Câmara Municipal a aplicação que dará a esta autorização, a qual se poderá verificar no Mapa de Pessoal em Dezembro. Só nessa altura é que se poderá dizer alguma coisa relativamente a este assunto, tendo que ficar na expectativa. Reiterou que o PS votou, nessa altura, contra a proposta da Câmara Municipal, não devido aos lugares que iriam ser criados, mas sim devido ao facto de terem sido apresentados dois documentos juntos, quando deveriam ter sido apresentados em separado. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu a presença e os esclarecimentos do Senhor Pedro Mota e Costa. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra, dirigindo-se ao Senhor Pedro Duarte, para referir que, por vezes, devemos ter muito cuidado com aquilo que se diz nesta Assembleia, uma vez que devemos muito respeito uns aos outros. ----------

- Interveio o Senhor António Neves para ressalvar que este assunto é demasiado técnico para o estar a discutir e que concorda com o aumento de postos de trabalho, sobretudo se não provierem mais custos. Dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara e leu o documento, que a seguir se transcreve: - *"Assunto: Reorganização dos Serviços Municipais.* ----------
*Dado que estamos perante uma inevitabilidade, que resulta dos imperativos do Decreto-Lei n.º 305/2009 de 23 de Outubro, e tendo em conta a sua aplicação até 31 de Dezembro de 2010, a CDU dirige ao Senhor Presidente da Câmara as seguintes perguntas:* ----------
*1- Quais foram os critérios que levaram o Executivo Camarário a optar põe esta empresa ACEAAP – Agência de Competências e Estudos Avançados para a Administração Pública, Lda., partindo do princípio de que não existe dentro da Administração Pública, nenhuma entidade vocacionada para efectuar o assunto em epígrafe?* ----------
*2- Quais os custos para a autarquia com a reorganização dos seus serviços municipais?"* ----------
- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que a Assembleia teria toda a razão em *"dar uma tareia política"* se a Câmara Municipal chamasse a Administração Central para reorganizar os serviços municipais, mencionando que, quando isso acontecer, muitos o acompanharão a ir embora. Relativamente aos custos, referiu que neste momento não pode dar os números exactos, mas que terá oportunidade de os facultar mediante a apresentação de um requerimento. Referiu ainda que a escolha desta empresa recaiu sobretudo sobre a sua competência e pelo seu rigor já demonstrados aquando da apresentação das taxas, tendo sido a primeira Câmara a contratar os serviços desta empresa, que posteriormente foi contratada por diversas Câmaras Municipais da região. ----------
- O Senhor Presidente da Mesa colocou a Reorganização dos Serviços Municipais à votação e a mesma foi aprovada por maioria com dezassete votos a favor, dois votos contra e sete abstenções. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------
- Tomou a palavra o Senhor Carlos Pinheiro para mencionar que não está em causa a idoneidade dos membros do Executivo Camarário, mas sim a difícil situação do Pais e ficaria muito triste se amanhã aparecesse, como título de Jornal, *"Concelho de Mealhada cria mais 20 divisões"*. Referiu que não interessa se as vão ou não preencher, o que interessa é que já foi passado o cheque em branco para que elas possam ser preenchidas. No entanto, estamos a contribuir simultaneamente para que se continuem a pedir sacrifícios aos Portugueses, uma vez que estas medidas não vão ser suficientes para atingir o défice previsto para 2013. Assim, considera que este é um momento infeliz para aprovar esta reorganização dos serviços municipais, respeitando obviamente a posição dos restantes membros desta Assembleia. ----------
- Tomou a palavra o Senhor Pedro Duarte para referir que o seu voto contra foi motivado pela falta do caderno de encargos, que uma matéria deste tipo deveria apresentar. Por isso, mencionou que não passa cheques em branco, embora aceite que outros o façam. Relativamente ao comentário do Presidente da Câmara referente à maneira com que eventualmente se dirigiu a alguns membros desta Assembleia, referiu que se dirige a todos os membros da mesma forma, independentemente do seu título académico. Neste sentido, não

aceita quaisquer reprimendas só pelo facto de haver pessoas mais velhas, pois merecem o mesmo respeito que sempre mereceram até hoje. ----------

**1 – INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** ----------

Conforme o previsto na alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, passo a informar a Assembleia Municipal, através do seu Exmo. Presidente, acerca da Actividade Municipal após a Sessão Ordinária de 30 de Junho de 2010: ----------

**OBRAS EM FASE DE PROJECTO**

- Adutora e Estação Elevatória do Carqueijo; ----------
- Posto de Turismo e Loja 4 Maravilhas da Mesa da Mealhada; ----------
- Requalificação da Zona Central de Barcouço; ----------
- Requalificação da Zona Central de Casal Comba; ----------
- Reformulação do Mercado Municipal de Pampilhosa; ----------

**OBRAS EM FASE DE CONCURSO**

- Infra-estruturas AUGI – Zona Desportiva de Mealhada; ----------
- Reabilitação da Rua das Ferrugens e Largos do Cemitério na Antes; ----------

**OBRAS EM FASE DE ADJUDICAÇÃO/CONSIGNAÇÃO**

- Beneficiação de Arruamento no Luso – Catraia Norte/Catraia Sul; ----------
- Adutor L. S. Pedro – Centro de Estágios do Luso; ----------

**OBRAS EM CURSO**

- Construção da Via de Acesso ao Centro Educativo da Pampilhosa; ----------
- Recuperação do Pontão de Várzeas; ----------
- Equipamentos de Apoio ao Parque da Cidade – Mealhada; ----------
- Pavilhão Polidesportivo de Barcouço; ----------
- Requalificação do Largo de São Martinho em Arinhos; ----------
- Arranjo da Envolvente ao Campo de Futebol Municipal de Pampilhosa; ----------
- Arranjo da Envolvente à Zona Desportiva da Mealhada; ----------
- Envolventes ao Monumento à Batalha do Bussaco; ----------
- Avaliação Estrutural do Estaleiro de Mealhada; ----------

Mealhada, 14 de Setembro de 2010 ----------

O Presidente da Câmara (Carlos Alberto da Costa Cabral) ----------

Esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara foi acompanhada dos elementos relativos à informação do Ambiente, da Educação, do Desporto, da Juventude, do Gabinete da Acção Social e situação financeira do Município.

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal, se alguém queria usar da palavra. ----------

- Pediu a palavra o Senhor Luís Brandão, para referir que novamente não consta da informação prestada, qualquer informação cultural, o que demonstra falta de consideração por esta Assembleia Municipal. Confiando no que foi escrito no semanário "Mealhada Moderna" no dia 25 de Agosto de 2010, relativamente às críticas do Senhor Presidente da Câmara à ausência de elementos da Assembleia Municipal, num dos eventos de comemoração dos 200 anos da Batalha do Bussaco, o interveniente lamentou que essas críticas tenham sido proferidas numa Reunião de Câmara. Referiu também que ainda não ouviu o Senhor Presidente a fazer o mesmo na Assembleia Municipal, que é o local indicado, nem teve o cuidado de mencionar o referido evento nesta informação. Assim sendo, lamentou que o Senhor Presidente tenha feito esse comentário em outros contextos, e não no local devido, onde não poderia ser desmentido porque a maioria dos presentes nessa Reunião de Câmara não teriam estado no evento mencionado, no Casino do Luso. No entanto, referiu que o Senhor Presidente da Câmara viu mal, pois o próprio esteve presente no

Casino do Luso, tendo até cumprimentado o Senhor António Jorge, grande amigo do Senhor Presidente da Câmara, que passou grande parte do evento à porta do Casino. Referiu ainda que o comentário da indelicadeza do Senhor Presidente da Câmara para com a Assembleia Municipal não serviu de justificação ao facto de não ter sido enviada qualquer informação cultural, neste documento. No entanto, na sua óptica, é da opinião que está tudo relacionado e avalia o comportamento do Senhor Presidente com grandes reservas. Reiterou que está tudo relacionado, porque em outras ocasiões, a participação dos membros desta Assembleia noutros eventos também não foi significativa e não mereceram este tipo de comentário. Relativamente ao capítulo das obras em curso, refere-se que se encontra em curso a recuperação do Pontão de Várzeas, o que é verdade. No entanto, deveria constar na documentação que se encontra em curso a substituição da Ponte de Várzeas, e não a recuperação, uma vez que o que lá existia desapareceu, ficando lá um buraco. Gostaria ainda de sugerir que se melhorasse a estrada que funciona como alternativa, que é estreita, muito sinuosa e por onde passam muitos veículos, sendo alguns pesados. Assim, sugeriu que se colocasse sinalização no pavimento e mais sinalização vertical. No âmbito da Acção Social, mencionou que a Câmara aderiu à iniciativa "24 horas pelo combate à pobreza e exclusão social" e, para além da abertura da loja social "Roda Viva", questionou que outras iniciativas se iriam realizar nas restantes 24 horas. ----------

- Tomou a palavra o Senhor António Neves para ler o documento que a seguir se transcreve, sobre a Fundação Mata do Buçaco: ----------

*"Na reunião anterior desta Assembleia, a CDU expressou preocupações e fez perguntas sobre a situação da Fundação Mata do Buçaco. Não encontrámos ainda resposta para elas, pelo que retomamos o assunto.* ----------

*Cabe dizer que a CDU vem conhecendo iniciativas organizadas pela Fundação Mata do Buçaco e que regista com agrado esta actividade que pode contribuir para a promoção e valorização da Mata. Mas até pelo esforço que, pelo que percebemos, está a ser feito pela Fundação, é importante o esclarecimento público que pedimos à Câmara, através do seu Presidente.* ----------

*No decreto que instituiu a Fundação foi estabelecido que "**A partir do ano de 2009, o membro do Governo responsável pela área da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas deve inscrever no Orçamento do Estado uma verba a transferir para a Fundação, destinada a assegurar uma contribuição para as despesas de funcionamento**." No Regulamento anexo ao decreto figuram como receita da Fundação, em primeiro lugar, "**eventuais dotações anuais a atribuir pelo Estado e a inscrever no Orçamento do Estado pelo membro do Governo responsável pela área da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas**." Soubemos, sem detalhes, de incumprimentos graves nesta obrigação do Governo. Deixamos as perguntas à Câmara que é também parceira decisiva na Fundação.* ----------

*1. Quais foram as verbas inscritas no Orçamento de Estado para a Fundação Mata do Buçaco?* ----------

*2. Em que data foram disponibilizadas essas verbas necessárias ao funcionamento da Fundação?* ----------

*3. A que esforços suplementares e eventuais limitações ficaram obrigadas a Fundação e a autarquia para compensar o que o Governo não cumpriu?* ----------

*4. Qual é o ponto de situação relativo a esta matéria e o que vai ser feito para evitar que tal não se repita, tanto mais que já avança aí nova versão do PEC por via do Orçamento de Estado?* ----------
*A CDU lembra, porque estas coisas por vezes esquecem e alguns não gostam que se lembrem, que a responsabilidade em apreço não é uma responsabilidade do Estado em abstracto, sem rosto: é directa e legalmente do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, de momento António Soares Serrano, Ministro do Governo em que é Primeiro-Ministro José Sócrates Pinto de Sousa."* ----------
Interveio também para colocar algumas questões relativas ao encerramento da Escola do 1º Ciclo da Vimieira, através do documento que leu e a seguir se transcreve: ----------
*" Tratando-se de matéria que se prende com a actividade do município e que, previsivelmente, poderá ter nele implicações financeiras, a CDU intervém neste ponto da ordem de trabalhos sobre o encerramento já consumado da Escola do 1º Ciclo da Vimieira.* ----------
*Na última reunião, em resposta a pergunta da deputada Inês Várzeas, o Senhor Presidente da Câmara garantiu a esta Assembleia que não seria possível o encerramento de escolas, para além das que drenaram alunos para o Centro Educativo da Pampilhosa. Poucos dias depois soubemos que a Câmara acordou com a Direcção Regional de Educação do Centro o encerramento da Escola da Vimieira.* ----------
*1. A CDU solicita os esclarecimentos devidos para todo este processo, incluindo os termos do acordo com a DREC e o desrespeito que ele traduz em relação à informação prestada à Assembleia Municipal.* ----------
*2. Sendo posição declarada através do seu Presidente que a Câmara só aceita encerramentos quando os alunos vão para melhor, a CDU pede que sejam detalhadas as melhorias para os alunos resultantes da mudança para a escola do 1º Ciclo de Casal Comba.* ----------
*3. A CDU pede informações sobre a forma como estão a ser fornecidas as refeições a estes alunos e a decorrer o seu transporte. Neste particular do transporte, pretende ainda saber que entidade é que está a suportar os custos do transporte e qual o seu montante.* ----------
*4. A CDU pede, por último, que esta Assembleia seja informada do que já está previsto pela Câmara como utilização dos diferentes edifícios das escolas que foram encerradas este ano."* ----------
- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que, relativamente à falta da informação cultural neste documento, a Câmara Municipal publica mensalmente uma agenda cultural onde menciona todas das actividades culturais do município, a qual é distribuída por correio e de forma gratuita no início de cada mês ou no final do mês anterior. Relativamente aos seus comentários, referiu que é um cidadão livre e que pode pronunciar sempre a sua opinião, mesmo que errada, em qualquer local e nos órgãos em que participa. Seria incorrecto da sua parte, vir para esta Assembleia com determinado tipo de argumentação, o que não o fará. Referiu ainda que acredita que o Senhor Luís Brandão tenha estado presente, embora não o tenha visto, e ficou surpreendido com o número de presenças naquela sessão no Casino do Luso. Relativamente ao Pontão de Várzeas, referiu que o nome que consta na informação é a designação com que foi lançado o concurso da obra e felizmente que o pontão é novo e não recuperado, pois existem coisas

que não são recuperáveis. No seguimento das sugestões para o percurso alternativo, mencionou que verificarão a necessidade de tomar alguma iniciativa adicional para o melhoramento do percurso referenciado. Relativamente às questões colocadas sobre a Fundação Mata do Buçaco, referiu que a mesma não se encontra na dependência da Câmara Municipal, uma vez que é uma entidade jurídica autónoma, com órgãos próprios, onde a Câmara nomeia, de facto, o Presidente do Conselho de Administração, tem um representante no Conselho Geral e faz parte do conselho de fundadores. Neste sentido, alertou que é necessário ter algum cuidado para não misturar as coisas, uma vez que a fundação tem autonomia e não tem que prestar contas à Câmara Municipal. Tem sim que prestar contas aos seus órgãos e à Câmara Municipal no âmbito do seu importante papel no Município, uma vez que tem à sua responsabilidade a manutenção e recuperação da Mata Nacional do Buçaco, embora a Câmara procure sempre acompanhar e incentivar a sua actividade. Relativamente às questões que são colocadas sobre esta matéria, mencionou também que não tem qualquer problema em transmitir tudo aquilo de que tem conhecimento sobre a fundação. Sobre as acusações ao Governo que foram proferidas, referiu que no orçamento deste ano foram inscritos cem mil euros destinados à Fundação Mata do Buçaco e já foram recebidos cinquenta mil euros. Reforçou ainda que apenas divulgou esta informação porque teve conhecimento casual deste facto e que poderia não o saber, nem tinha obrigação de o saber. Quanto à Câmara, já se sabe qual tem sido o seu apoio, quer financeiro, através do seu orçamento municipal, quer logístico, dadas as dificuldades que sabemos que existem nesta fase, não esquecendo que a fundação ainda não tem um ano de actividade, em termos práticos e funcionais. Ressalvou que a fundação já fez mais em poucos meses, do que os sucessivos governos, nos últimos 15 anos, através dos seus serviços. Relativamente ao encerramento da escola da Vimieira, esta foi efectivamente encerrada com o desacordo da Câmara Municipal. No entanto, deu a conhecer que a Câmara Municipal não lutou muito pela manutenção desta escola, uma vez que a escola de Casal Comba, apesar de não ter condições excepcionais, tem muito melhores condições do que a escola da Vimieira, onde pelo menos já não estão quatro anos na mesma turma (sala). Sublinhou que se manifestou contra esta medida, mas perante a argumentação dos técnicos do Ministério da Educação, restou pouca capacidade para contra-argumentar, pelo que a distância é mínima e os alunos estão a ser devidamente acompanhados, tal como todos os outros alunos que também mudaram de escola. ----------

- Interveio a Senhora Vereadora Vice-Presidente para reforçar que a escola da Vimieira se encontra dentro da localidade de Casal Comba, a 800 metros de distância da escola de Casal Comba, o que dificulta a justificação de que aquelas crianças precisem de transporte. No entanto, a IPSS (Centro Social de Casal Comba) tem assegurado as condições solicitadas pela Câmara Municipal, quer no transporte, quer no fornecimento das refeições. Expôs ainda que houveram pais que se manifestaram quanto à não necessidade de transporte, mas sim quanto à garantia de haver alguém na escola para receber as crianças, cujos pais vão trabalhar mais cedo. Ou seja, a funcionária da escola vai mais cedo para poder acolher estas crianças. ----------

- Interveio o Senhor António Neves para relembrar que fosse esclarecido qual o destino que vai ser dado aos edifícios das escolas que foram encerradas e para esclarecer que sempre apoiaram as boas iniciativas da Fundação da Mata

do Buçaco, das quais são defensores. Assim, sublinhou que é na perspectiva da parceria privilegiada que existe entre a Câmara Municipal e a Fundação, que são colocadas questões, uma vez que a lei prevê que a Câmara pode responder a tudo o que se refere a parcerias com instituições, fundações e/ou associações. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que a utilização a dar aos edifícios escolares, cuja propriedade é do Município, será discutida com as respectivas Juntas de Freguesia. Expôs ainda que existe uma instituição do concelho que já enviou pedidos para a utilização dos edifícios das três escolas, as quais se situam em três freguesias diferentes. Referiu ainda que, em princípio, serão destinados a associações locais, sempre depois da análise com as respectivas Juntas de Freguesia, uma vez que uma escola abandonada rapidamente se degrada. ----------

- Interveio o Senhor Vereador Júlio Penetra para referir que a Câmara Municipal, através do Gabinete da Acção Social, decidiu aderir ao evento "24 horas de combate contra a pobreza", o qual se vai verificar no dia 6 de Outubro e onde a iniciativa de maior relevância será a inauguração do espaço físico da Loja Social, uma vez que esta já funciona há algum tempo. Este espaço físico será organizado, a partir do qual se irá criar uma dinâmica nova e tentar desenvolver e atingir outras dimensões, para além da simples troca de bens materiais. Expôs que o programa, além da abertura da loja social, tem previsto uma acção de formação dirigida a beneficiários do RSI, onde contam com 15 participações, a qual tem como objectivo dar a oportunidade de receber alguma ajuda para superar algumas dificuldades por que estão agora a passar e ajudar na integração no mercado de trabalho. Também dirigido às crianças do 1º ciclo, dentro das AEC (Actividades Extra Curriculares), na área de cidadania, vai ser feita uma acção de sensibilização para o fenómeno da pobreza e para o que significa esse drama para muitos de nós, neste momento. Sem qualquer formalidade, está também inscrito no programa a realização da 1ª Fase de realojamento das primeiras 6 casas reabilitadas no projecto de reabilitação e recuperação do Bairro Social do Canedo. Esta decorrerá durante os dias 6, 7 e 8, uma vez que é um processo moroso, onde já foram feitos os contratos, já foram entregues as respectivas chaves e as pessoas ainda se encontram a organizar a sua vida e a transferir os seus bens. ----------

**2 – REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** - O Senhor Presidente da Mesa deu a conhecer que existe uma proposta de alteração do grupo do Partido Socialista, a qual foi distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal e perguntou se alguém queria usar da palavra. Não havendo qualquer intervenção, colocou o Regimento da Assembleia Municipal à votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. ----------

- Tomou a palavra o Senhor António Breda para apresentar declaração de voto, a qual leu e a seguir se transcreve: ----------

*"A CDU votou favoravelmente a proposta de Regimento que chegou a esta reunião da Assembleia. Deu também o seu contributo no grupo de trabalho que a preparou.* ----------

*A CDU considera que o Regimento que acabou de votar favoravelmente pode melhorar alguns aspectos do funcionamento da Assembleia, em particular das suas reuniões. Congratula-se com o facto do novo Regimento dar atenção a uma questão por nós colocada anteriormente: a da melhoria das condições de horário para a intervenção do público.* ----------

*A CDU reitera, no entanto, a apreciação de que o horário das reuniões da Assembleia Municipal, sistematicamente à noite, não é adequado à importância que este órgão deve ter e às necessidades de acompanhamento, fiscalização e debate que estão entre as suas competências. Respeitando a decisão da maioria dos deputados, anteriormente tomada, contra a procura de outros horários para as reuniões, à semelhança do que acontece em muitos municípios, a CDU considera que este é mais um sintoma do escasso valor que é dado ao que devia ser o mais importante fórum político do concelho."* -----

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para questionar, uma vez que o Regimento foi apresentado em Junho, se irá ser redigido um novo já com as alterações que foram aprovadas nesta sessão. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa respondeu que será o Regimento será novamente redigido com as alteração que foram aprovadas por esta Assembleia e que o mesmo será distribuído na próxima sessão da Assembleia Municipal ou até mais cedo, para que possa ser objecto de estudo antes da sessão da Dezembro. ----------

**3 – ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE VIADORES – DECLARAÇÃO DE RECTIFICAÇÃO:** - O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara referiu que este ponto não carece de votação, uma vez que se destina apenas a dar conhecimento a esta Assembleia. Acontece que foi detectado um caminho, que se situa no topo da CEREV, para o lado do Rio Cértima (lado esquerdo), que não foi inscrito no Plano de Pormenor da Zona Industrial de Viadores por deficiência de cartografia. Mencionou também que este caminho não pode ser alterado, uma vez que dá acesso a propriedades específicas. Assim, esta alteração apenas inclui o referido caminho neste Plano de Pormenor, não alterando o mesmo rigorosamente em nada. Como foi a Assembleia Municipal que aprovou o Plano de Pormenor e foi o CCR que efectuou o seu registo e ratificação, referiu que a Câmara Municipal apenas tem de dar conhecimento desta rectificação à Assembleia Municipal e ao CCR. Esclareceu também que junto ao dito caminho existem 3 proprietários de 3 terrenos rústicos, que têm uma estranha configuração geométrica, cujos proprietários são a CEREV, a Câmara Municipal e o Senhor Sarmento. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos membros se alguém queria colocar alguma questão sobre este ponto e não havendo qualquer intervenção, declarou que a Assembleia Municipal tomou conhecimento desta rectificação. De seguida, expôs que tinha acabado de receber pedido de substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Luso, Senhor Homero Cristina Serra, delegando as respectivas competências ao Vogal Tesoureiro, Senhor Tiago Miguel Santos Neves Costa Ângelo. O referido pedido não foi aceite, uma vez que a sessão já vai muito prolongada e a entrar no seu sexto ponto. Assim, referiu que iria marcar falta ao Senhor Presidente da Junta da Freguesia do Luso. No entanto, a falta do Senhor Tiago Ângelo foi devidamente justificada. --

**4 – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL – INSTALAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA DE SUPORTE A ESTAÇÃO DE RADIOCOMUNICAÇÕES (MLD11631 – PARQUE INDUSTRIAL DO CANEDO) NO**

**PRÉDIO LOCALIZADO EM CRISTÓVÃO, FREGUESIA DE VACARIÇA E EM NOME DE VODAFONE PORTUGAL – COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A.:** - O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a Vodafone colocou uma torre de transmissão para telemóveis no Alto do Cristóvão, a caminho do Travasso, e resolveu colocar o nome Parque industrial do Canedo, embora que ainda longe daquele local. Referiu também que, na legislação em vigor, as operadoras de telecomunicações podem instalar as suas infra-estruturas em qualquer local que queiram, podendo posteriormente solicitar o reconhecimento do interesse público municipal. Referiu também que gostaria de saber o que é que aconteceria se a Assembleia Municipal não aprovasse o interesse público municipal para uma destas estruturas, ressalvando que não está a desafiar a Assembleia Municipal a fazê-lo. Reforçou que não conhece na lei nada que dê permissão a alguém para construir seja o que for, sem ter previamente uma licença. Contudo, acontece que as operadoras de telecomunicações podem fazê-lo e deu a conhecer um caso em que tentou opor-se à construção de uma estrutura semelhante, uma vez que não tinha qualquer licenciamento e a população estava contra a sua construção, e não pôde fazer nada, apesar dos seus protestos e dos protestos da população. ----------

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para referir que a Assembleia já decidiu não ir para a Assembleia Distrital e, à semelhança desta medida, referiu que o interesse público municipal poderia ser negado e posteriormente comunicar essa deliberação ao Ministério Público. Assim, os Tribunais Administrativos teriam matéria para se debruçar durante vários anos e, neste sentido, deu a conhecer que votará contra o interesse público municipal solicitado. ----------

- Interveio o Senhor António Neves para questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre esta matéria, citando o documento que a seguir se transcreve: --

*"Sobre este assunto, a CDU dirige ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, as seguintes questões:* ----------

*1- Porquê a designação de Interesse Público, para este tipo de infra-estrutura?*

*2- Tendo em conta as preocupações recorrentes manifestadas pelas populações, quanto à segurança para as pessoas, deste tipo de instalação, devido às radiações que emite, perguntamos ao Senhor Presidente da Câmara se está em condições de nos dizer se há ou não risco para a saúde, das pessoas que vivem próximo e outras, quando este equipamento estiver em funcionamento."* ----------

- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que esta infra-estrutura se encontra em espaço florestal. Relativamente à questão da saúde, deu a conhecer um caso em que foi colocada, no cimo de um prédio da Mealhada, uma estrutura destas, que as pessoas até aceitaram devido ao dinheiro que o condomínio receberia. Quando esta questão chegou à Câmara Municipal, referiu que pediu uma série de informações a entidades da área da saúde e vieram pareceres em que havia fortes dúvidas quanto à importância negativa que as radiações têm para as pessoas. Neste sentido, emitiu um despacho a negar a instalação dessa estrutura por ser nociva para a saúde, até porque em alternativa, num raio de 75 metros, só existem prédios. Aconteceu que a operadora de telecomunicações recorreu ao Tribunal Administrativo pedindo a nulidade do seu despacho. Ao fim de alguns anos, recebeu a decisão do Tribunal Administrativo que dizia que o Presidente da Câmara, em termos

formais e na defesa das populações, tinha razão. Contudo, a lei não permite que isso seja feito e o Tribunal anulou o despacho do Presidente da Câmara. Assim, referiu que a lei não permite este impedimento, porque não existem elementos concretos, nem ninguém que objectivamente tenha dito que este tipo de estrutura faz mal à saúde. ----------

- Interveio o Senhor António Neves para lembrar que os rádios Racal, que quem esteve na guerra do ultramar sabe, eram bastante perigosos devido à grande carga de electrões que emitiam e, neste sentido, esta estrutura não foge à regra. ----------

- Interveio o Senhor Vítor Matos para referir que, se não está enganado, já foi aprovada nesta Assembleia a instalação de uma antena destas na freguesia de Pampilhosa. Assim, para manter a coerência, referiu que votará favoravelmente a instalação desta estrutura, uma vez que não faria sentido aprovar uma e não aprovar a outra. ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou este ponto à votação e o mesmo foi aprovado por maioria com quinze votos a favor, quatro votos contra e sete abstenções. ----------

**7 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2011:** - O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. --

- O Senhor Presidente da Câmara referiu que a Câmara decidiu apresentar igual proposta à que apresentou no ano anterior. Ou seja, apresentou a mesma redução de imposto que tinha proposto no ano anterior, aplicando aos prédios não avaliados uma taxa de 0,6% e aos prédios avaliados uma taxa de 0,2%, tendo em conta que a taxa máxima para os prédios avaliados é de 0,4% e para os prédios não avaliados é do 0,7%. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria usar da palavra e não havendo qualquer intervenção, colocou o Imposto Municipal sobre Imóveis para 2011 à votação e o mesmo foi aprovado por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -------

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para efectuar uma apresentação sobre a Análise ao Zonamento – Coeficientes de Localização para efeitos de IMI – alterações provocadas pela Portaria 1119/2009, de 30 de Setembro no concelho da Mealhada. Sugeriu ainda que a Câmara Municipal realizasse uma acção de divulgação das alterações do zonamento, junto dos proprietários de prédios urbanos no concelho, que tenham sido objecto de avaliação até 2009-09-30. Sugeriu ainda que a Câmara Municipal solicitasse ao Governo que promovesse as alterações legislativas tidas por convenientes, tendo em vista o exercício imediato dos poderes de reclamação do valor patrimonial de todas as avaliações que tenham sofrido alterações supervenientes no zonamento, e que actualmente só podem ser apresentados a partir do 4º ano seguinte ao da avaliação que se pretende reclamar, nos termos no n.º 4 do artigo 130.º do Código do IMI, um pouco à imagem do que aconteceu no ponto 6º da portaria 1022/2006, de 20 de Setembro, que permitiu a repetição de avaliações devido a alterações no zonamento. ----------

- Interveio o Senhor Luís Brandão para agradecer a *"formação gratuita"*, sendo verdade que este tenha utilizado conhecimentos pessoais e profissionais para elaboração desta apresentação. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que, afinal, a Câmara tinha alguma razão. Tendo em conta que a Administração Pública existe e tem a sua legitimidade democrática porque "vive" em nome do povo, questionou o

que é que o Serviço de Finanças de Mealhada tem feito ao longo de todos estes anos, depois de ouvir uma intervenção demolidora para todos os Serviços de Finanças deste país. Referiu também que gostaria de ser esclarecido e que a Assembleia, tal como a Câmara, deveria interrogar o Governo e o Ministério das Finanças para saber o porquê de o Serviço de Finanças de Mealhada não esclarecer o povo deste concelho. Referiu ainda que os Serviços de Finanças vivem numa clandestinidade legal, uma vez que as leis saem e não se diz nada. Referiu ainda que as pessoas têm medo de reclamar com medo de pagar mais, sob pena da sua reclamação não produzir quaisquer alterações. É natural que em localidades de outros concelhos não se passe este drama, mas esta é a realidade deste concelho, uma vez que as pessoas não sabem, nunca foram esclarecidas e têm medo de falar ao balcão de um Serviço de Finanças. Também referiu que aquilo que esta Assembleia viu e que ele próprio desconhecia é muito grave, pelo que os Serviços de Finanças, que também trabalham em nome do povo, não sendo só a Câmara Municipal ou a Assembleia Municipal a fazê-lo, não informam o povo que é saqueado pelo desconhecimento. Revelou que agora entende porque é que a Câmara era corrida, ou pelo menos não desejada, quando fez parte daquela comissão (zonamento). Reiterou que o que se passou nesta Assembleia foi muito grave, pelo manto que se tirou sobre uma realidade com anos de duração e que não se pode confiar em serviços que omitem esta informação do povo deste concelho. ----------

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para agradecer ao Senhor Pedro Duarte todo o trabalho que teve para elaborar esta apresentação, uma vez que não conhece em profundidade o imposto em causa e para referir que todos vislumbraram uma hipótese de vir a usufruir de alguns conhecimentos que foram expostos nesta apresentação. Referiu ainda que o argumento utilizado pelo Senhor Pedro Duarte, em relação à sua pessoa, é mal intencionado e esclareceu que ao percorrer os Estatutos dos Benefícios Fiscais, não existe só nesta questão forma de ajudar as pessoas. Deu o exemplo que em Portugal, sobretudo as pessoas mais velhas, tinham uma alta propensão para a poupança, mesmos que vivessem mal. Ainda se encontram muitas pessoas com 50, 60 ou 70 anos, com economias, as quais são tributadas pelos juros que recebem dos capitais que têm nos bancos a render. Assim, referiu que se essas pessoas, que geralmente recebem pensões de regimes rurais, apresentarem a declaração de IRS, optando pelo regime de englobamento, provavelmente irão receber o imposto que o Estado lhes retirou ao aplicar a taxa liberatória. Referiu também que nunca viu ninguém das Finanças esclarecer esta questão e que já preencheu centenas de declarações de IRS a pessoas. Achou muito bem que o Senhor Pedro Duarte tenha oferecido os seus serviços e referiu que era capaz de oferecer os seus para preencher declarações de IRS. O interveniente quis frisar que o Senhor Pedro Duarte teria uma enorme preocupação sobre os impostos municipais, do qual uma pequena parte do IRS também passou a ser, e não via a mesma preocupação relativamente a outros impostos, que dizia respeito à Administração Central e que as Finanças também nunca esclareceram, nomeadamente o IRS. Ressalvou ainda que é a favor de tudo o que seja a favor das pessoas e apelou a todos os socialistas que saibam preencher declarações de IRS, que o façam quando for a altura de apresentar as declarações de IRS. Relativamente à questão de que a Câmara deveria informar todos os munícipes, apenas

contrapôs que gostaria que a Administração Central também tivesse esse comportamento e informasse todas as pessoas que tivessem direito a qualquer tipo de isenção. Nesta perspectiva, referiu que as Finanças melhorariam bastante, mas que ainda estão longe desse paradigma. ----------

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para referir que gostou da exposição efectuada pelo Senhor Pedro Duarte e da intervenção de retórica do Senhor Presidente da Câmara. Referiu também que é verdade que o Governo Central vive em democracia pelo facto de haver eleições, que é o Ministério das Finanças que determina os nossos impostos e é também verdade, neste caso, que quem os arrecada não é só o Governo Central, mas também o Município. Neste sentido, concordou inteiramente que as Finanças devessem informar os contribuintes, mas que a Câmara também deveria fazer o mesmo, pois assim estariam os dois no mesmo patamar, uma vez que se um emite impostos e ambos os arrecadam. Mencionou também que existe uma grande dificuldade em todos os governos e em todos os Municípios, independentemente das suas cores políticas e quando há que reconhecer que é possível todos pagarmos menos, porque sabemos quando todos pagamos menos, algum imposto vai ter que ser aumentado. Mas esta fase que o Mundo está a passar, está-nos a demonstrar que, provavelmente, andámos muitos anos a gastar demais e a gastar o que não era nosso. Neste sentido, esta poderá ser a altura de começar a pensar, não estando em causa o Município de Mealhada ou outro qualquer, em divulgar publicamente aquilo onde todos poderão ir buscar algum benefício dos Direitos Fiscais. Ressalvou ainda que é óbvio que as Finanças poderiam fazê-lo, mas como o Município também arrecada alguma dessa receita, não lhe ficaria mal fazer o mesmo. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que a proposta do Senhor Pedro Duarte não pode ser votada nesta sessão da Assembleia Municipal. ----------

- O Senhor Pedro Duarte referiu que, para que as pessoas possam beneficiar deste medida no próximo ano, terão que a fazer até 31 de Dezembro. Assim, sugeriu que a próxima sessão deste Assembleia não seja marcada para os últimos dias do ano, uma vez que esta é uma questão que terá de ser tratada com alguma sensibilidade, pois será expectável que esta proposta seja divulgada pelo concelho, o que poderá criar algum ruído na opinião pública. Referiu ainda que, não sabendo quantos prédios foram avaliados desde 2004, esta proposta terá que ser feita na óptica de divulgação pública, o que, caso contrário, poderia ser feita a nível individual. Presumiu que as Finanças poderiam dar essa informação, mas quis frisar a importância de que esta proposta deveria ser apreciada atempadamente. De seguida, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara para referir que percebeu que as alterações do zonamento eram do desconhecimento da Câmara Municipal, tendo sido prontamente negado pelo Senhor Presidente da Câmara. Assim, referiu que o facto de a Câmara Municipal ter conhecimento destas alterações só veio agravar as suas suspeitas, mencionando que a Câmara Municipal, ao saber das alterações do zonamento, que ocorreram no dia 30 de Setembro de 2009, nada fez para divulgar as referidas alterações. Dirigindo-se ao Senhor Rui Marqueiro, referiu que o quadro de competências dos membros da Assembleia Municipal, serve apenas para tratar de temas do Município e temas da Assembleia Municipal. Assim, sublinhou que os impostos nacionais não são para aqui chamados e expôs que se quiser apresentar o que quer que seja sobre outros impostos, fá-lo-á nos locais próprios. Reforçou também que foi o

Senhor Rui Marqueiro que teve a oportunidade de abordar esses temas, enquanto deputado na Assembleia da República, e não o fez. Neste sentido, apelou que o Senhor Rui Marqueiro não impute essa responsabilidade em quem nunca a teve. Reforçou ainda que, a título particular, fará as suas intervenções onde bem entender. A título político, referiu que é nesta Assembleia que tem de fazer as suas intervenções e apresentar as suas propostas referentes a este Município e a aqueles que o elegeram, os quais defenderá até ao último dia do seu mandato. Referiu ainda que não comentará a expressão utilizada pelo Senhor Presidente da Câmara quanto à incompetência dos Serviços de Finanças, pela não utilização dos meios próprios, enquanto Instituição que vive em nome do povo. Afirmou também que a Câmara Municipal é co-responsável na comunicação das alterações que ocorreram no zonamento, uma vez que tinham conhecimento das mesmas. -----

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que o Executivo Camarário não tem a felicidade de ter conhecimentos técnicos nesta área nem de utilizar os conhecimentos profissionais de que o Senhor Pedro Duarte dispõe para fazer este tipo de intervenção. ----------

- O Senhor Pedro Duarte referiu que não é útil e é fortuito estar colocar a sua situação profissional, pois ela *"não é para aqui chamada"*. Apenas quis tornar claro que a Câmara Municipal foi co-responsável na produção deste zonamento, embora as alterações propostas possam não ter reflectido aquilo que seria pretendido, admitindo que tal possa ter acontecido, o que é pena. No entanto, acredita que estas alterações tenham tido em conta algumas propostas do Município. Neste sentido, não pode aceitar o silêncio do Município para com as pessoas que mais precisam deste tipo de esclarecimentos, perante uma situação que foi sempre apresentada como sendo o maior problema do IMI e que afinal, quando é alterado, ninguém diz nada. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara referiu que o Senhor Pedro Duarte poderia ter feito esta apresentação à um ano atrás e não o fez, questionando o porquê de não o ter feito. ----------

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para esclarecer e *"dar uma lição"* ao Senhor Pedro Duarte, que gosta de invocar o facto de o interveniente ter sido deputado na Assembleia da República. Esclareceu que um deputado na Assembleia da República é uma pessoa entre 230, com o espartilho das Direcções dos Grupos Parlamentares e tem direito a 10 minutos regimentados por cada sessão legislativa. Com 10 minutos não tinha tempo para fazer, sequer metade do que foi feito nesta Assembleia Municipal. Referiu ainda que foi deputado com honra e não é o Senhor Pedro Duarte que vem dar lições de ética política, até porque ainda ninguém o fez. Expôs ainda, da próxima vez que o Senhor Pedro Duarte invocar a questão do deputado, que vai levar a resposta adequada. ----------

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para referir que aceita lições de quem as souber dar, sempre que se trate de questões que devam ser discutidas e da competência desta Assembleia Municipal. Quanto ao que toca a fazer sugestões que nada têm a ver com esta Assembleia, nem com as suas competências e atribuições, mencionou que não aceita lições de ninguém. -----

- Tomou a palavra o Senhor Vereador José Calhoa, reavivando um pouco a memória, para confirmar que o Executivo sempre se queixou do zonamento. Em 2006 ou 2007, foi apresentada na Câmara Municipal, uma proposta do PSD para baixar o zonamento, a qual foi aceite por todos. Referiu também que

esteve presente num grupo de trabalho, por indicação do Senhor Presidente da Câmara, onde foi feita uma proposta, não sabendo se a proposta final foi a mesma, ou não, pois a proposta era redigida nas auto-fotos da DGCI, cujas passwords caducaram e têm apenas o documento escrito que foi enviado. Veio-se comprovar que conseguiram baixar o zonamento em todas as partes, mas recordou que a proposta apresentada não é a original, uma vez que uma das zonas identificadas na Mealhada não consta da apresentação. Mencionou também que era difícil fazer melhor, porque haviam regras que tinham de ser cumpridas e ficou contente que a proposta tenha surtido algum efeito. Mencionou ainda que, infelizmente, existe muita gente fora do sistema e a própria Administração Fiscal tem alguma dificuldade porque todos sabemos o cadastro que temos. Assim, recordou dois casos recentes de dois Senhores de duas aldeias do concelho, em que um tem 9000€ e o outro tem 12000€ para pagar de IMI, casos que foram detectados recentemente e que têm efeitos retroactivos. Certamente haverão mais pessoas na mesma situação que estes dois Senhores, mas se todos tiverem cadastrados no sistema, todos haverão de beneficiar disso. Relativamente às datas para que as pessoas possam beneficiar desta alteração no próximo ano, referiu que não entende porque é que a Administração Fiscal não faz essa divulgação automaticamente. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa interrompeu a intervenção do Senhor Vereador José Calhoa, o qual começou a travar diálogo com o Senhor Pedro Duarte, e encerrou a discussão deste ponto, devido ao seu alongamento. ----------

**8 - PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE IRS PARA 2011:** - O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. –

- O Senhor Presidente da Câmara referiu que a taxa proposta para o ano de 2011 é exactamente a mesma proposta que foi efectuada no ano anterior, o que quer dizer que foi proposta a mesma taxa de restituição aos munícipes que no ano anterior. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para referir que estamos no domínio do IRS e que ficará ansiosamente à espera das propostas que visão defender os pobrezinhos do Município, no exercício da sua função de representação do Município e espera que outros também o façam, lembrando que antigamente não havia IRS para discutir, mas agora sim. ----------

- Interveio o Senhor Pedro Duarte referindo que não necessita de nenhum estímulo para falar sobre assuntos que são do seu interesse. De seguida, referiu que o IRS é como a anedota do frango, em que existem duas pessoas com fome, mas apenas uma come o frango inteiro. No entanto, em média, cada um comeu meio frango e saciaram assim os seus apetites. Neste sentido, mencionou que aquilo que esta Assembleia não sabe, porque a DGCI também não diz nem lhe é pedido, é que existe forma de demonstrar à DGCI que os dados podem ser facultados à entidade que tem por missão tributar este imposto, na parte que lhe comete. Referiu ainda que tem dúvidas se o IRS é o imposto que mais gente paga, neste concelho, e diria que haverá outros impostos que serão pagos por mais pessoas. Isto porque se o Concelho da Mealhada seguir a tendência nacional, 60% da população do concelho que apresentam declaração de IRS, não paga imposto. Ou seja, esta baixa não interessa para essas pessoas, pois só interessa a aquelas que pagam imposto, ou a aqueles em que o valor do reembolso não engloba a totalidade do imposto retido ao longo do ano anterior. Então, mencionou que é sobre essa pequena parcela que pode haver alguma poupança, para os munícipes. Como não tem

dados e não sabendo em que termos esses dados serão pedidos, referiu que a distribuição de imposto por número de agregados, poderia ser fornecido através do índice de Gini, que é traduzido numa curva estatística designada como curva de Lorenz. Esta fórmula estatística dá a evolução da concentração, ou não, de imposto pelos contribuintes. Admitiu que, provavelmente, isto será demasiado à frente para a DGCI. No entanto, mencionou que quem decide tem de saber que esta fórmula existe e que se tivesse os elementos desta natureza, poderia saber quem iria beneficiar desta poupança produzida em 2%. Se um número pequeno, médio ou um número muito grande de pessoas, em virtude do imposto estar distribuído por um elevado número de agregados que pagam imposto, dentro dos 60% das pessoas que apresentam a sua declaração de IRS. Como não tem dados sobre a riqueza individual de cada um, deste concelho, desconhece obviamente como é que esta distribuição se pode processar. Referiu ainda que não é por acaso que não tem que dizer nada sobre esta matéria, uma vez que o governo, o qual tem competência sobre esta matéria e posteriormente a Assembleia da República, tem em carteira só permitir esta baixa de imposto para um determinado nível de rendimentos. Ou seja, não possibilitar que aqueles que pagam mais impostos não possam beneficiar, em momento algum, com este tipo de abaixamento de taxa, à semelhança do que acontece com as Execuções Fiscais, conforme será proposto para o Orçamento de Estado para 2011. Assim, referiu que não vale a pena estar a defender que, se calhar, assim é que está correcto, porque contribui ou evita a evasão fiscal. Por esse motivo, mencionou que se sente um pouco amarrado à falta de informação, mas crê que o governo, querendo implementar esta medida conforme já o divulgou no ano passado, vai no bom caminho. Por esse motivo, não tem que fazer comentários quanto á justeza desta medida. Assim, referiu que, em caso de dúvida votará a favor desta proposta, porque quer acreditar que aqueles que pagam imposto no Município, vão ter poupanças com esta redução, esperando que ela seja o mais distributiva possível. Caso contrário, proporia uma taxa máxima, desde que o valor arrecadado, que é apenas pago por aqueles que já pagam IRS, houvesse a possibilidade de criar uma medida, ao nível da despesa do Município, que beneficiasse o maior número de pessoas. Acredita também que aqueles que mais irão beneficiar desta medida serão os escalões médios, que potencialmente têm predominância neste concelho. ----------

- Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou a participação variável de IRS para 2011 à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

**9 – DERRAMA PARA 2011:** - O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara referiu que esta proposta é rigorosamente a mesma que no ano anterior. Ou seja, aos sujeitos passivos que obtiveram um volume de negócios inferior a 150 mil euros, no ano anterior, será aplicada a taxa de 0%. Relativamente aos sujeitos passivos com um volume de negócios superior a 150 mil euros, a taxa a aplicada será de 1%. ----------

- Interveio o Senhor Pedro Duarte para referir que efectivamente se verifica a manutenção da proposta do ano anterior, a qual se aproxima daquilo que a bancada e vereação do seu partido defende para o Município. Referiu também que este imposto apenas incide sobre pessoas sujeitas a IRC, o que

efectivamente é mais uma falha do sistema fiscal, pois se se permitem regimes de tributação diferentes para o exercício de uma actividade económica, deveria também ser tributada de igual forma, quer ela fosse constituída sob pessoas singulares ou colectivas. Mencionou que quem *"inventou"* a Lei das Finanças Locais (2/2007 de 15 de Janeiro), não teve isto em consideração, o que parece então haver um problema de justeza, pois existem contribuintes singulares com contabilidade organizada, os quais não são pequenos contribuintes e têm uma estrutura de negócio muito semelhante à de uma pessoa colectiva. Assim, referiu que guarda alguma reserva quanto à justeza do afastamento deste tipo de contribuintes, pois se o princípio base deste imposto é recair sobre indivíduos que exerçam uma actividade económica, isso não acontece. De seguida, mencionou que o preocupa o facto de a Brisa ter dispensado os seus portageiros, da portagem da Mealhada. Presumindo que a Brisa, que é uma entidade sujeita a IRC e que pagava derrama neste concelho, com a redução de postos de trabalho, o que é de lamentar, e com a disposição das regras que este imposto apresenta, a substituição de pessoas por máquinas leva a que o imposto da derrama, que seria receita deste concelho, vá para Lisboa. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara interpolou a intervenção anterior para esclarecer que as instalações da Brisa (Portagem da Mealhada) se encontram no Concelho de Cantanhede, não estando assim sujeita ao pagamento deste imposto no Concelho de Mealhada. ----------

- O Senhor Pedro Duarte, mediante o esclarecimento prestado, referiu que ficou sem argumentos e expôs que a sua intenção se prendia com o facto de verificar que, de acordo com as regras deste imposto, além da perda dos postos de trabalho, iria verificar-se a perda de receita, provavelmente, significativa para este concelho. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções, colocou a Derrama para 2011 à votação e a mesma foi aprovada por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. --------

- Interveio o Senhor António Neves para apresentar declaração de voto relativamente à votação dos três pontos anteriores (Imposto Municipal de Imóveis para 2011, Participação Variável de IRS para 2011 e Derrama para 2011), a qual leu e a seguir se transcreve: ----------

*DECLARAÇÃO DE VOTO*

*"A CDU votou favoravelmente as propostas que a Câmara Municipal fez chegar sobre os valores da derrama, da participação variável de IRS e do imposto municipal para 2011. A CDU valoriza o não agravamento das taxas praticadas no município, agravamento que seria incompreensível no contexto de dificuldades que estão a ser impostas à generalidade das famílias, aos trabalhadores e às pequenas e médias empresas de todo o país. A proposta de manutenção das taxas foi justificada pelo Sr. Presidente da Câmara à comunicação social como um esforço municipal para ajudar a fazer face à situação que, essencialmente, a população do concelho está a passar. Apontou ainda estas medidas como as possíveis para procurar melhorar o nível de vida dos munícipes.* ----------

*A CDU votou favoravelmente a proposta trazida pela Câmara mas não pode deixar de registar a contradição entre as preocupações que o Sr. Presidente expressa para consumo municipal e as medidas com que o Governo do seu próprio partido fustiga cada vez mais o país, não deixando de fora quem vive e quem trabalha no nosso concelho. Por aqui, na Mealhada, responsáveis do PS*

*anunciam a boa-nova da poupança de uns cêntimos ou uns parcos euros aos munícipes que enfrentam dificuldades; por lá, por Lisboa, o PS onde militam esses responsáveis locais, corta imoralmente nos apoios e prestações sociais, reduz salários e poder de compra até à asfixia, promove aumentos injustos e economicamente errados de impostos, retira legítimos direitos às populações e a quem trabalha, obriga os que já pouco ou nada podem a pagar medicamentos, retira apoios e isenções que tinha anunciado com pompa, dificulta o acesso ou encerra serviços de importância fundamental para os cidadãos...* ----------

*Ainda ontem o país confirmou que o governo do PS quer reforçar as medidas brutais e injustas que, até agora, deram o "grande" resultado que está à vista. E veremos que, na altura certa, encontrará o apoio necessário da direita para continuar o ataque a quem trabalha e aos que são mais desfavorecidos, deixando sossegados, como sempre, os grandes interesses e as grandes fortunas. Os discursos que nos parecem hipócritas não vêm apenas de dentro do PS.* ----------

*Ao contrário deles, há quem não se conforme com a torrente de más políticas que estão a dar cabo da vida das pessoas e a levar o país ao abismo. Apesar do bombardeamento constante feito por políticos e comentadores oficiais, apesar dos discursos incoerentes de preocupação social que por cá se ouvem, há quem não se conforme e lute por um mudar as coisas. É o caso de muitos milhares de trabalhadores que ontem, em Lisboa e no Porto, deram expressão nacional à Jornada de Luta que percorreu toda a Europa. Estes, muito mais do que outros que exprimem piedosas preocupações, estão a dar o seu contributo para melhorar o nível de vida das pessoas e dar ao país uma lufada de esperança. A CDU saúda estes, os que não desistem de lutar por um Portugal melhor!"* ----------

Não havendo mais qualquer assunto da Ordem de Trabalhos a tratar, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao período dedicado à intervenção do público, perguntando se alguém queria intervir. ----------

- Tomou a palavra a Senhora Joana Luís, relativamente à sessão de reflexão promovida pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, para esclarecer que os interessados manifestassem a sua posição até ao dia seguinte, por telefone ou pelo e-mail que constam no documento que foi distribuído. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Jorge Carvalho para, em primeiro lugar, pedir desculpas pela ausência de representação da Junta de Freguesia do Luso, nesta sessão da Assembleia Municipal, uma vez que o seu colega chegou às 23:10 horas. Referiu ainda que a Junta de Freguesia não tem necessidade de faltar a estas sessões, pois é composta por três elementos e qualquer um dos seus membros deve estar presente no início das sessões desta Assembleia. Em segundo lugar, relativamente à Mata do Buçaco, referiu que a Junta de Freguesia do Luso tem ajudado a Fundação, nomeadamente na cedência do Dumbar, no pagamento do gasóleo e na cedência de trabalhadores. Em terceiro lugar, referiu que foi dito nesta Assembleia que foi prestado um péssimo serviço por ter sido votado favoravelmente um voto de repúdio ao Senhor Presidente da República, Cavaco Silva, pelo seu comportamento quanto ao óbito de José Saramago. Tendo isto em conta, referiu que se esta Assembleia prestou um mau serviço, também a Câmara do Porto o prestou, quando a maioria do Executivo de Rui Rio, aprovou dar o nome de José Saramago a uma rua daquela cidade. Assim e em igualdade de circunstâncias,

citou o filósofo Lao Tsé, referindo *"Não faças aos outros aquilo que não queres que te façam a ti"*. De seguida, reiterou o pedido de desculpa pela falta de representação da Junta de Freguesia do Luso, nesta sessão da Assembleia Municipal. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Nuno Canilho para referir, conhecendo o Regimento anterior, que ficou indignado pela forma como esta sessão da Assembleia foi conduzida, pelo facto de uma pessoa ter sido impedida de se representar, por ter chegado a esta sessão às 23 horas e assistido, pelo menos, a metade desta reunião. Referiu ainda que retirar a palavra aos Senhores Vereadores José Calhoa e Filomena Pinheiro é retirar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, o que é uma falta de respeito, pois estes falam com o seu consentimento. Lembrou que quando o Senhor Presidente da Mesa encabeçou uma candidatura do Partido Socialista à Assembleia Municipal, enunciou uma série de aspectos que marcavam positivamente uma nova forma de gerir este órgão, o qual é um órgão muito importante deste concelho, até porque tem sido esvaziado de conteúdo nos últimos anos. Neste sentido, ficou muito contente com as suas intenções. Contudo, lamentou o que foi feito pelo Senhor Presidente da Mesa e referiu que são tiques de pessoas que têm mais idade política do que a idade real do Senhor Presidente da Mesa, o que o deixou profundamente desgostoso. Sublinhou ainda que as sessões desta Assembleia têm corrido muito melhor, do ponto de vista democrático, quando o Senhor Presidente da Mesa não se encontra presente. ----------

- Tomou a palavra o Senhor José Veiga para questionar, relativamente à redacção das actas das reuniões públicas da Câmara Municipal em que tem participado, se haveria a possibilidade de repor em acta aquilo que se passou na reunião que ocorreu no dia 19 de Agosto e que foi ocultado. Expôs que, quando se referia ao assunto do médico veterinário, o Senhor Presidente da Câmara insistiu que o referido processo estava arquivado, o que não é verdade pois sempre respondeu para o mesmo processo, fugindo assim às questões que lhe eram formuladas. Nesse sentido, referiu que o processo foi arquivado a primeira vez, porque a Câmara tinha enviado ao Tribunal Administrativa Fiscal a resposta de que as funções a desempenhar pelo contratado eram, afinal, de assessor. De seguida, referiu que o Senhor Presidente da Câmara começou a ofender a sua pessoa, chamando-o de mentiroso e injuriando-o por diversas vezes, nessa mesma reunião de Câmara. Como tal, quer que estes factos sejam registados na acta dessa reunião, por intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Expôs também que, nessa reunião, foi acusado de perseguição pessoal pelo Senhor Presidente da Câmara, não sabendo se é pelo facto de andar há já dois anos a tentar obter uma resposta do mesmo, o qual é sempre evasivo referindo o processo está arquivado quando não quer responder. Ou se foi pelo facto de ter perguntado se a nora do Senhor Presidente da Câmara tinha sido admitida na Câmara Municipal, o qual foi respondido que não, mas tem informações que teve a fazer um POC, à relativamente pouco tempo, e corre o rumor que está actualmente na Fundação Mata do Buçaco. Por fim, referiu que entregou uma carta na Mesa desta Assembleia a requerer que os factos que acabou de relatar sejam registados na acta daquela reunião de Câmara, bem como as injúrias de que foi alvo. -----

- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa para referir que a Assembleia Municipal não tem competência sobre as actas das reuniões de Câmara, mas que fará chegar à Câmara Municipal, de forma formal, o requerimento recebido.

Referiu ainda, ao contrário do que já foi dito nesta Assembleia, que recebe lições de ética, educação e humildade, pois é um jovem e continua a aprender, mas aquilo que não pode admitir é a falta de educação. Referiu que se tiver de pedir desculpas a alguém, fá-lo-á pessoalmente ao Senhor Vereador José Calhoa e à Senhora Vice-Presidente Filomena Pinheiro, uma vez que o que se estava a passar já não era um assunto da Assembleia Municipal, mas sim uma *"palhaçada"*. Esclareceu ainda que interrompeu o assunto em causa porque viu que aquele assunto já não daria em nada. Relativamente à forma como conduz as reuniões, referiu que *"a inveja é como uma unha encravada"* e que a campanha para as próximas eleições autárquicas só começa lá mais para a frente. Contudo, achou estranho que já comece a haver este tipo de ataques, principalmente nos órgãos de comunicação locais. ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz, Assistente Técnico, nomeado por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. ----------